

Editorial

DEBATE CAPES procura estimular a discussão de temas de interesse para a comunidade acadêmico-científica nacional. Os assuntos aqui divulgados não refletem necessariamente as posições da CAPES.

Em números anteriores já foram veiculadas, entre outras, matérias sobre os seguintes títulos: "Que fazer com a pós-graduação?", "Contribuição ao debate sobre a Universidade brasileira", "Os cinco primeiros anos do Programa Institucional de Capacitação de Docentes na COPPE/UFRJ".

Numa perspectiva mais específica, o DEBATE CAPES tem servido para a discussão de problemas relativos às diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo: "Linhas de pesquisa na pós-graduação em Educação: é hora de desatar os nós!", "Subsídios para um reexame da pós-graduação na área de Artes", "Considerações sobre o perfil profissional e acadêmico do médico", "Função social do ensino da ciência do Direito".

A distribuição do DEBATE CAPES é feita através de um sistema de mala direta a cerca de 6.000 endereços, envolvendo coordenadores de cursos de pós-graduação, bibliotecas universitárias, pesquisadores, etc. Assim, a CAPES dispõe de um excelente instrumento para atingir a comunidade brasileira envolvida com atividades de ensino pós-graduado e

pesquisa científica e tecnológica.

A repercussão do debate — comentários, críticas, sugestões — permite, conforme o caso, repensar e redirecionar programas e atividades da própria CAPES, ou orientar o tratamento de questões que transcendem o âmbito do órgão. Um número especial do DEBATE CAPES, "O financiamento à pesquisa e pós-graduação" (editado em maio de 1981), tem seus efeitos presentes na atual discussão sobre o papel das agências de fomento e a alocação de recursos para as atividades científicas.

DEBATE CAPES está aberto à comunidade para apresentação de trabalhos ou sugestões temáticas. As contribuições devem ser encaminhadas à apreciação do Conselho Editorial da CAPES, cujo critério na seleção de matérias considera, principalmente, a oportunidade do assunto.

Neste número apresentamos as seguintes matérias:

O financiamento e a regulamentação do ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciências Sociais: discute as dificuldades enfrentadas pelos cursos de Ciências Sociais em face do tratamento que recebem pelos órgãos federais de apoio financeiro. Além disso, são examinados aspectos normativos das atividades

acadêmicas.

O professor visitante: uma carta ao departamento: um relato da experiência vivenciada por um professor americano em sua permanência numa universidade nordestina. O artigo aborda problemas que usualmente escapam das discussões acadêmicas. Por razões de espaço, o texto omite questionário aplicado pelo autor junto aos seus colegas de departamento, bem como a análise dos resultados.

A pesquisa biomédica no Brasil (passado, presente e perspectivas): apanhado sintético e preciso sobre a evolução histórica da pesquisa biomédica, concluindo com um conjunto de sugestões visando à formulação de uma política de pesquisa para a área. O texto foi aprovado em reunião do Conselho Técnico Científico da FIOCRUZ, havida em 2 de dezembro de 1981.

O que move o pesquisador de Química na escolha dos temas para estudos: discussão das singularidades da pesquisa em Química. O comentário é motivado por texto publicado no DEBATE CAPES v. 3 n. 2.

O estudante brasileiro na França — uma réplica: retoma a discussão sobre bolsas para estudos pós-graduados na França.

O Financiamento e a Regulamentação do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa em Ciências Sociais

Sérgio Abranches (IUPERJ)
Gilberto Velho (Museu Nacional)

1. As Ciências Sociais experimentaram substancial desenvolvimento, nos últimos quinze anos, com significativa expansão e ampliação das atividades de pesquisa e pós-graduação. Encontram-se, hoje, em estágio de reconhecida maturidade e avançada etapa de institucionalização. Os programas não apenas se consolidaram, como também se diversificaram, constituindo um núcleo institucional de produção científica de qualidade, vigor e competência. Embora as Ciências Sociais tenham atravessado, com sucesso, as etapas mais difíceis do processo de institucionalização, ainda vivem em clima de generalizada incerteza, compartilhada pelos outros ramos científicos, no que se refere à estabilidade das condições materiais de existência das instituições científicas. Incapazes de se tornarem atividades auto-financiadas, em virtude das características intrínsecas ao processo de produção de conhecimento científico, dependem de um fluxo mínimo e regular de recursos públicos que garanta o financiamento corrente de sua base institucional. São, portanto, atividades científica e academicamente institucionalizadas, mas financeiramente instáveis.

A instabilidade financeira, em contraste com a estabilidade institucional, das ciências em geral e das ciências sociais em particular, deve-se, em parte, ao fato de que a maior disponibilidade de recursos para a pós-graduação e pesquisa não foi acompanhada do desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de política que permitam o fluxo garantido e continuado de recursos públicos

ao nível mínimo necessário à continuidade dos programas. A obtenção destes recursos depende ainda de demorado e oneroso processo, em geral associado a um permanente legitimar-se por parte das Ciências Sociais diante das autoridades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Em primeiro lugar, deve-se mencionar como fator desestabilizador das atividades de pesquisa científica a concepção de apoio institucional como algo transitório, a ser concedido apenas na etapa de "institucionalização" dos programas, após o qual eles teriam adquirido as condições de auto-sustentação que justificariam a descontinuidade de tal apoio. É evidente que a atividade científica contemporânea não se compatibiliza com este tipo de raciocínio. Esta hipotética etapa de "auto-sustentação" sugere que a partir de um determinado ponto possa haver fontes de financiamento institucional alternativas ao fundo público destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico. Mesmo naqueles países que se caracterizam por um padrão de desenvolvimento científico e tecnológico marcado por uma fase inicial de impulso privado, hoje a pesquisa e a pós-graduação recebem extenso e permanente apoio público direto — através das universidades, de contratos de pesquisa, de dotações orçamentárias — e indireto — através de incentivo e subsídios ao setor privado, estimulando seu envolvimento no fomento destas atividades. No Brasil, esta ilusão do mercado é tanto mais grave quanto se sabe que as

instituições e empresas privadas nacionais não são capazes sequer de realizar seu fim precípua de formação e acumulação de capital, sem apoio substancial do estado. O que dizer da pesquisa científica.

Admitindo-se que a atividade científica nunca atingirá, por sua própria natureza, uma etapa de desenvolvimento auto-sustentado, cabe ao Estado garantir as condições materiais de sua institucionalidade. Isto significa admitir que o apoio institucional é elemento permanente e irrecusável da política de desenvolvimento científico e tecnológico. A "institucionalização" do apoio institucional implica admitir claramente, por outro lado, que o FNDCT financia atividades de ensino e pesquisa. Não se pode mais admitir as graves distorções impostas ao Sistema pela concessão de recursos à pós-graduação, enquanto atividade de ensino, escamoteados sob a forma de recursos para a pesquisa. Pesquisa e pós-graduação são atividades associadas mas independentes, com necessidades financeiras e institucionais específicas e diferenciadas, que devem ser reconhecidas.

As agências do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico não foram ainda capazes de assumir integralmente o significado do apoio aos programas de pesquisa e pós-graduação, ou admitir sua necessidade permanente. É preciso, por um lado, distinguir claramente o apoio ao financiamento das instituições de pesquisa e pós-graduação, do financiamento a projetos específicos de pesquisa, que requerem outros critérios de

* Trabalho Apresentado na Reunião do Fórum de Pós-Graduação, durante o V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado em Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981.

avaliação, seleção e acompanhamento. Além disto, o Sistema tem enfrentado graves dificuldades para se institucionalizar. A complexidade real e institucional inerente às atividades de ciência e tecnologia e à própria estrutura estatal de apoio a elas precisa ser processada política e administrativamente pelas autoridades governamentais, produzindo definições claras de competências e mecanismos eficientes de articulação, cooperação, coordenação e resolução de conflitos entre as agências do sistema e entre estas e a comunidade científica. A política científica e tecnológica não apenas tem sido errática, ao longo do tempo, como tem se mostrado extremamente sensível às mudanças de administração, comprometendo-se, assim, sua coerência e continuidade ao longo do tempo.

A comunidade de cientistas sociais está, hoje, habilitada a definir a partir de seus próprios critérios as condições de relevância na produção de conhecimento e as áreas de desenvolvimento prioritário, tanto no que diz respeito à pesquisa, quanto à pós-graduação. Não se furtará, portanto, a colaborar com as autoridades do Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na formulação de programas de longo prazo destinados a apoiar estas atividades, bem como no desenvolvimento de instrumentos de avaliação de projetos e pesquisas, de acordo com os critérios pertinentes à comunidade.

2. A especificidade das Ciências Sociais enquanto área de conhecimento não tem como consequência apenas dificuldades e impasses financeiros. Na realidade, o próprio desempenho acadêmico e os procedimentos e critérios para a pós-graduação são comumente avaliados a partir de padrões desenvolvidos para outros campos e áreas de conhecimento, como as ciências ditas exatas e as naturais. Isto se reflete, por exemplo, na definição do tempo requerido para realização do Mestrado ou Doutorado, dentro de

parâmetros mínimos de qualidade. O trabalho de campo, mais característico da Antropologia, mas praticado nas outras disciplinas das Ciências Sociais, envolve um cálculo de tempo forçosamente diferente de pesquisas de outra natureza.

Ademais, a própria natureza do objeto das Ciências Sociais, tem criado problemas quanto ao seu reconhecimento e à legitimação de seu trabalho, por parte do governo. Estas dificuldades derivam de dois problemas. Em primeiro lugar, uma certa incapacidade de aceitar que a qualidade de uma Ciências não esteja diretamente associada ao grau de certeza e previsibilidade de seus resultados. O fato de que o padrão de trabalho e a natureza do conhecimento produzido pelas Ciências Sociais não se assemelhem àqueles observáveis na Física ou na Matemática, por exemplo, nada diz a respeito de sua relevância sócio-cultural. Em segundo lugar, uma permanente desconfiança política em relação às Ciências Sociais que, por causa mesmo de seu objeto de trabalho ser a realidade social econômica, cultural, política e institucional, têm necessariamente um lado crítico.

Estes problemas de ordem mais geral, acarretam dificuldades mais particulares que, muitas vezes, comprometem seriamente o trabalho científico. É o caso, por exemplo, talvez extremo, dos pesquisadores que atuam em área indígena, que enfrentam toda sorte de obstáculos ao seu trabalho, em virtude dos entraves burocráticos e políticos acionados pela FUNAI, que tem adotado postura de hostilidade e discriminação em relação a antropólogos e cientistas sociais em geral. Mas é, também o caso, do fechamento às vezes injustificado, do acesso de pesquisadores a informações e documentos sob controle do setor público, ainda que de natureza histórica. Nas áreas de pesquisas sobre políticas públicas, relações internacionais, por um exemplo, o acesso é extremamente dificultado por um manto extenso e

indiscriminado de segredo de Estado. Este cobre desde segredos propriamente ditos, até documentos sobre a ação do estado no século passado, quando não de tempos ainda mais passados.

O reconhecimento da complexidade do universo científico, que se reproduz em cada um dos ramos da ciência, internamente diversificados e diferenciados, implica ainda uma atitude mais flexível das agências de regulação e financiamento da pós-graduação e da pesquisa científica, de modo a que se possa atender, adequadamente, a necessária heterogeneidade e o próprio estágio diferenciado de desenvolvimento em que se encontra cada disciplina no país.

A uniformização de padrões pode levar a um empobrecimento das disciplinas, dificultando seu desenvolvimento e comprometendo sua criatividade.

Esta necessidade de flexibilidade e diferenciação é patente, por exemplo, no caso de bolsas de pós-graduação. No estágio em que estamos, torna-se necessário pensar em novos tipos de bolsas, que atendam às necessidades específicas de certas áreas, e outras que atenderiam a praticamente todas as áreas por igual.

No caso das Ciências Sociais, por exemplo, com a criação de cursos de doutoramento no país, de reconhecida qualidade, criou-se a necessidade de diversificar os tipos de bolsas. A demanda por bolsas de longa duração — quatro, cinco anos no exterior — tende a ser em parte substituída pela demanda por bolsas de menor duração, para que estudantes matriculados em cursos de doutoramento no país possam complementar sua formação no exterior, em áreas específicas (por um ano ou 18 meses, por exemplo) e por bolsas de pós-doutoramento. Sem dúvida sempre existirão casos, por diferentes motivos, acadêmicos e pessoais, em que o doutorado completo no exterior seria

recomendável. Por outro lado, seria preciso avaliar a capacidade de absorção de candidatos qualificados por parte dos programas brasileiros. De qualquer modo, poderia ser extremamente útil repensar-se, nestas linhas, a política de bolsas, pelo menos para as Ciências Sociais. Isto talvez permitisse ter bolsas em nível mais compensador em cruzeiros, e bolsas para o exterior mais compatíveis com as necessidades atuais das Ciências Sociais.

Outra área em que se faz urgente aumentar os graus de liberdade das instituições acadêmicas, aumentando a flexibilidade das agências reguladoras é a da própria estrutura dos cursos de pós-graduação. Esta é, aliás, uma área que deveria ser, basicamente, auto-regulada, cabendo às agências financeiras do Sistema proceder a avaliações periódicas e sistemáticas, através de consultores recrutados na própria comunidade. Precisa-se mais espaço para diferenciação entre os cursos de pós-graduação. De um lado se deve pensar em incentivar mais os cursos de especialização e aperfeiçoamento e dar-lhes o apoio necessário, evitando-se a proliferação de cursos de mestrado e doutorado, criados às vezes em condições precárias, apenas para atender a razões de ordem estritamente material e financeira.

De outro lado, já se requer diferenciação de formatos e concepções a nível da própria pós-graduação *strictu sensu*, muito além daquela permitida pelas regulações atuais do Conselho Federal de Educação. O doutorado, por exemplo, pode ou não estar acoplado a programas de mestrado. Certas instituições deveriam poder optar por só oferecer pós-graduação a nível de doutoramento, sendo o grau de mestre conferido eventualmente como etapa de trabalho. As opções e alternativas variarão de acordo com a área de conhecimento e as especificidades de cada disciplina e, até mesmo, com o formato institucional, o importante é haver um leque mais amplo de possibilidades, afastando-se a camisa

de força de um modelo único e rígido que, se foi eficaz numa certa etapa de institucionalização da pós-graduação, hoje tende a cristalizar-se, prejudicando a inventividade e a criatividade.

Para isto certamente seria necessário proceder à revisão de certas normas do CFE e de outras agências reguladoras e fiscalizadoras da pós-graduação. De qualquer modo, a qualidade e maturidade já reconhecidas de programas e centros de pós-graduação e pesquisa justifica que tenham autonomia para implementar experiências e inovações, observados os padrões de qualidade e desempenho. Apesar das evidentes dificuldades de ordem orçamentária e jurídica, esta proposta enfatiza a necessidade de que se contemple as possibilidades de criação de espaço para novas maneiras de vincular-se ensino e pesquisa e alternativas não-tradicionais de organização das atividades de pós-graduação, escapando-se à tirania das rubricas e de um modelo único. A diversidade e a heterogeneidade dos programas de pós-graduação e pesquisa e das próprias disciplinas científicas requer isto.

O que se pede é autonomia acadêmica e científica que permita a dinamização do ensino e da pesquisa e a diferenciação saudável, que confere riqueza e criatividade à atividade intelectual, especialmente nas ciências sociais, disciplinas forçosamente pluralistas.

Isto nos leva a outra questão fundamental: a burocratização como obstáculo ao desenvolvimento científico. De um lado, o caráter burocrático e fechado que, muitas vezes, caracteriza o processo decisório, tanto na formulação da política geral de ciência e tecnologia, quanto nas decisões sobre alocação de recursos a programas e projetos. A participação da comunidade neste processo pode e deve ser melhor instrumentalizada. Faz-se, também, necessário estabelecer-se certos procedimentos públicos que

permitam o debate aberto das opções que se apresentam às autoridades governamentais, para definição das políticas e prioridades para o setor. De outro lado, a excessiva burocratização e hierarquização das estruturas universitárias, que não apenas comprometem a racionalidade e flexibilidade orçamentária das instituições, como desincentiva, pelo ônus administrativo decorrente, iniciativas no campo da pesquisa. Além de dificuldades de captação de recursos, os programas públicos enfrentam enormes dificuldades para utilizar estes recursos, em virtude da burocracia e centralização das universidades. Fica-se permanentemente entre a estabilidade mínima das instituições públicas, porém vitimadas pela burocratização e a flexibilidade administrativas das entidades privadas, vitimadas pela permanente instabilidade financeira, pois nem com o mínimo orçamentário podem contar.

Outro ponto fundamental é a necessidade de criar um sistema mais articulado, permitindo cooperação efetiva e constante entre os diversos programas de pós-graduação. Os entraves burocráticos, especialmente ao nível das instituições federais, devem ser enfrentados para que possa haver maior circulação de alunos e, principalmente, de professores. A troca de docentes por períodos limitados de tempo, sem prejuízos de ordem financeira e legal, poderia constituir-se em um dos caminhos possíveis. Isto seria particularmente útil para centros e regiões do país mais carentes e que poderiam, assim, contar com o concurso de especialistas sem que isto implicasse em maiores ônus. O apoio do CNPq e da CAPES, por exemplo, a essas iniciativas seria essencial, assim como o das reitorias e direções de institutos. Esta cooperação não deveria se limitar a disciplinas específicas como a Antropologia, Sociologia, Ciência Política, etc. A idéia é que através da própria ANPPOCS se estimulassem atividades interdisciplinares. É evidente que a conveniência de cada programa é que

determinará, em última análise, as prioridades e orientações específicas. Não se trata de criar novos mecanismos de centralização mas sim possibilitar formas de articulação

que nascessem de iniciativas e interesses dos programas.

A dependência do Estado em termos de apoio institucional é inevitável e é

o único caminho a longo prazo. Mas isto não deve impedir que ao nível de competência profissional e acadêmica aspiremos a maior autonomia.

O Professor Visitante: Uma Carta ao Departamento

*Louis E. Barrilleaux**

Cheguei a esta cidade no dia dois de setembro de 1980. Durante meu primeiro mês de permanência no Brasil, Somoza foi assassinado, o Irã e o Iraque começaram uma guerra e Jean Piaget morreu. Os estudantes da Universidade Federal entraram em greve e os professores estavam se organizando visando sua própria paralisação.

Eu havia me transplantado de uma Universidade Americana para um Departamento de Universidade Federal brasileira, falando o português de um garoto de quatro anos ou menos. Claramente eram muitos e óbvios os choques iniciais que senti. Em primeiro lugar, me senti, de repente, isolado e desinformado tanto sobre o Departamento quanto sobre os problemas nacionais e internacionais. As manifestações de aceitação social e de amizade por parte dos professores do Departamento foram importantes, adequadas e mesmo generosas, mas meu problema urgente era a necessidade de preencher este vazio de informações. Tinha necessidade de conhecer e entender, e isto só poderia ocorrer com o tempo. Estar desinformado era um "pecado mortal" no meu auto-conceito de educador. A solução que encontrei, talvez um pouco infantil, foi considerar que problemas sobre os quais eu não tinha conhecimento e/ou compreensão eram, pelo menos temporariamente, problemas que não existiam e portanto eu devia ficar em paz com o mundo, com o Departamento e comigo mesmo.

O segundo choque localizava-se nas mensagens, de natureza profissional, que eu recebia dos professores do Departamento. Por um lado, alguns esperavam de minha parte uma demonstração imediata, uma desempenho espectacular de conhecimento ou **know-how**: como se fosse um **show** que eu tivesse vindo apresentar. Por outro lado, havia aqueles que inicialmente se mostravam relutantes em me procurar para trocar idéias, opiniões, experiências etc. Sentia-me profissionalmente, com relação a estes, ignorado e suspeito. Os estudantes, principalmente, foram bastante claros nas suas suspeitas e desconfianças. Diretamente perguntavam: Por que você veio para o Departamento? O que é que você vai fazer? O que é que você quer saber sobre nós? Compreendi que, como um grupo, havia incerteza e ambigüidade sobre minha função e também sobre se eu poderia ser útil ou não ao Departamento.

Um terceiro choque originou-se quando percebi que professores do Departamento manifestavam sentimentos de orgulho e esperança, de um lado, misturados com sentimentos contrários de inferioridade, desculpa e pessimismo, de outro. Interpretei isto como uma tentativa de racionalizar os diversos contrastes do Departamento e da Região. (Por sinal, ninguém pode fazer alguém se sentir inferior sem sua concordância).

Finalmente, um choque de notável importância, para mim, foi a

existência de dúvida sobre a seriedade de minhas intenções. Inicialmente, poucos pareceram acreditar que realmente quizesse ser útil na solução dos seus próprios problemas. Apesar destes choques iniciais, perfeitamente naturais, tinha um trabalho a fazer e trazia comigo algumas expectativas.

EXPECTATIVAS INICIAIS

Esperava ser bem recebido socialmente, e fui. Esperava que o estudo da língua, independentemente de minha habilidade, fosse uma tarefa contínua durante minha permanência e que me seria indicado um programa estabelecido de estudo da língua para estrangeiros. Chegava com expectativa de conviver e trabalhar. Não queria me comportar ou ser tratado como um turista.

Profissionalmente, esperava que me fosse oferecido uma orientação sobre as principais atividades e questões dentro do Departamento. A partir daí, juntos, determinaríamos áreas nas quais pudesse ser inicialmente útil, apesar dos obstáculos lingüísticos. Dadas as atuais necessidades do Departamento e minha própria especialização, esperava ser designado, de saída, para trabalhar com grupos de ensino, pesquisa e comissões do Departamento já estabelecidas.

Esperava que informalmente expressassem interesse nas publicações que trouxe. Também informalmente, esperava que grupos de professores na minha

* Professor Titular da Universidade de Tulane — U.S.A.

especialidade, já existissem, e que pudéssemos nos reunir, de vez em quando, para trocar idéias e experiências. Esperava estar muito ocupado desde o começo e que meu tempo fosse gasto prioritariamente com os professores.

Esperava que quisessem aproveitar minha permanência para melhorar suas habilidades em inglês, para se informar sobre problemas profissionais correntes na minha terra, e para comparar abordagens e soluções.

Apesar de achar que minha contribuição seria de natureza e estilo diferentes, ela não seria nem mais nem menos importante profissionalmente do que a de qualquer outro membro do Departamento. Apesar de, no início, estar dependente de orientação e paciência, esperava crescer rapidamente para me tornar mais independente e trazer uma significativa contribuição para o Departamento.

Todas estas expectativas exigiam, porém, para se tornarem realidade, que certas condições fossem satisfeitas.

CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A AÇÃO DO PROFESSOR VISITANTE

Embora seja possível que um professor visitante possa completar um ano inteiro de permanência sem aprender a língua, tal não deveria acontecer. Um futuro professor visitante que não dominasse o português, deveria estudá-lo durante pelo menos um ano antes de assumir sua nova posição e demonstrar o desejo de continuar aprendendo a língua nativa. Entretanto, o objetivo principal do professor visitante não deve ser aprender a língua; isto é uma condição indispensável para que uma contribuição substantiva, na sua especialidade, possa ser dada.

O fato de não falar português era o meu maior problema. Na medida em

que o ataquei, o esforço despendido tornou-se prova do desejo que tinha de compreender a minha nova situação. Neste sentido, acho que a falta transformou-se em benefício para mim.

Cheguei com o desejo de ser útil a todos, e acredito que minha decisão mais importante foi de aceitar minha deficiência lingüística com humildade e trabalhar diligentemente para superar. Minha capacidade final de ser útil, a curto prazo, bem como a longo prazo, foi claramente uma função do domínio da língua.

Descobri uma outra e mais sutil importância ligada à habilidade lingüística. Inicialmente o professor visitante está talvez interessado em trazer contribuições profissionais, mas em geral poucos parecem interessados nisto. A maioria parece mais interessada nele como uma pessoa. O professor visitante tem que estar preparado para conquistar sua aceitação como um indivíduo antes de ser realmente aceito seriamente como um profissional. É neste sentido que minha decisão de me deixar absorver totalmente pela língua e cultura desde o começo foi, eu acho, uma vantagem e uma decisão correta. Terminei por receber mais aceitação de que eu esperava receber, mas, somente após isto, os aspectos profissionais tornaram-se uma preocupação real para todos.

Deve-se compreender que os professores visitantes têm consciência das principais características associadas com o trabalho nas universidades brasileiras:

- 1) Inconsistência na qualidade e quantidade do ensino e da pesquisa;
- 2) influência da política nacional;
- 3) estudantes orientados para um processo de aprendizagem sem competição;
- 4) bibliotecas menos do que adequadas;
- 5) número ainda significativo de professores em tempo parcial; e
- 6) precária infra-estrutura de apoio à pesquisa e ensino.

Todavia, são os aspectos não esperados e muitas vezes insignificantes que consomem tempo e causam frustrações ao professor visitante. Por exemplo: como funciona o serviço de comunicação (correio, recados, etc.)?, Onde se pode encontrar um apontador de lápis? Onde fica uma boa livreria na qual se possa adquirir livros de sua especialidade? Onde fica e como se faz para usar o restaurante universitário, etc.

Aos professores visitantes deveriam ser oferecidas informações "não-importantes" e rotineiras. Também deveriam ser rapidamente orientados sobre as normas "aparentemente" insignificantes, detalhes, rotinas, e necessidades do dia-a-dia no Departamento.

Antes de sua chegada, o professor visitante deveria também apresentar ao Departamento onde vai trabalhar um relatório relacionando suas atividades profissionais e interesses atuais, além de uma listagem preliminar de suas possíveis contribuições. Por outro lado, antes da sua chegada, o professor visitante deveria também receber uma listagem das necessidades do Departamento relativas ao ensino, pesquisa e aspectos organizacionais. Somente depois de pelo menos duas semanas de convivência no Departamento, uma tentativa deveria ser feita para em conjunto com professores e de maneira formal decidirem onde e como suas contribuições poderiam ser aproveitadas ao máximo. Esta concordância deveria ser flexível e aberta a modificações baseadas nos seguintes principais critérios: (1) Há um período de tempo finito para capturar as melhores contribuições que o professor tem para oferecer; e (2) Preferência deveria ser dada às atividades que têm efeitos a longo prazo em vez de efeitos a curto prazo.

SUGESTÕES PARA O FUTURO

A presença de professores visitantes na Universidade Brasileira não é um fato novo, mas o desenvolvimento de

programas de pós-graduação apresenta novas dimensões e oportunidades de colaboração. Relações profissionais e ligações, bem selecionadas, com universidades no Exterior são, no momento, ainda mais importantes pois deverão possibilitar o desenvolvimento de um verdadeiro intercâmbio científico-cultural.

Professores visitantes podem ser obtidos e colocados através de fontes diversas (administração superior da universidade, agências internacionais, agências nacionais etc), mas é o grau de aceitação e adaptação a nível de Departamento o fator distintivo na sua eficácia. Antes, então, de aceitar professores visitantes, alguns requisitos deveriam ocorrer a nível do Departamento. O principal deles é a definição das expectativas gerais do corpo docente do Departamento, a respeito do professor visitante. Também, o professor visitante não deveria ser visto como um acontecimento raro, mas como parte

de um programa contínuo de intercâmbio. Portanto, uma definição do papel dos professores visitantes poderia ser útil para o planejamento do Departamento, como para informar candidatos potenciais. Candidatos de alto nível poderão ser atraídos com maior frequência pelos Departamentos que tenham refletido sobre o lugar e as peculiaridades de professor visitante.

PALAVRAS FINAIS

Não atingi todas as expectativas, postas sobre mim. Tranquiliza-me o pensamento de que ninguém o faria. Aliás uma destas expectativas poderia ser a de que ninguém vai atingir todas as expectativas de todo mundo. O propósito principal deste trabalho, todavia, é iniciar e provocar mais diálogo e definição a nível do Departamento no tocante à eficiência do professor visitante.

Desejo encorajar o Departamento a não rejeitar professores visitantes

potenciais que indicam querer no seu Departamento servir, para aprender. Tais professores poderiam ser rejeitados porque obviamente se preferem receber informações a ser ensinado e ter ainda um outro "aluno". É certo, todavia, que os melhores professores e pesquisadores são geralmente pessoas que são bastante humildes para reconhecer a si mesmas, como verdadeiros estudantes. Por outro lado, a postura de superioridade é frequentemente tomada por aqueles que rejeitam a necessidade de sempre aprender. É provável que "estudantes" sirvam melhor as necessidades a longo prazo do Departamento.

Finalmente, agradeço a paciência, e as cortesias pessoais e profissionais. Nunca aprendi tanto num só ano da minha vida profissional. À medida que o ano chega ao fim, sinto que, em vez de terminarmos, estamos começando alguma coisa juntos.

A Pesquisa Biomédica no Brasil (Passado, Presente e Perspectivas)*

*Prof. Carlos Chagas Filho
Fundação Oswaldo Cruz*

Não será difícil explicar a razão pela qual a evolução das ciências biomédicas precede e supera em nosso país a das outras ciências exatas e naturais, pois o primeiro desafio que a sociedade brasileira teve que enfrentar foi o das doenças características das condições sociais e climáticas do país. Assim é que se formou a Escola Parasitológica da Bahia e a primeira publicação científica brasileira foi a Gazeta

Médica do Rio de Janeiro (1862), logo seguida da Gazeta Médica da Bahia (1864), ambas com certa duração. O aparecimento das mesmas é um indicador da importância que o setor médico assumira no Brasil e as tentativas de compreensão e de interpretação etiológica que se encontram em seus artigos mostram o momento de incipiência da pesquisa médica no país. À malária, anemias, infecções, desnutrição e

mais ainda juntar-se-ia a febre amarela, que por suas proporções viria a se tornar, a partir da segunda metade do século XIX e, particularmente depois da descoberta da relação agente casual-doente, não só o motivo de maior preocupação, como o objeto de indagação dos principais médicos do país.

Até mesmo Baptista de Lacerda, o

* A amplitude do assunto obriga-me a limitar o texto a aspectos essenciais já que deverá ser breve para poder adquirir, pela contribuição que lhe for dada pelos demais conselheiros, a força impactante que deve ter.

primeiro experimentador brasileiro em termos atuais, dedicou uma grande parte de sua atividade científica à procura, então impossível, do "micróbio" causador do mal amarelado. Deixando à parte data vênica, os esforços feitos em São Paulo, é a fundação do Instituto Oswaldo Cruz (1906) que marca o princípio real da pesquisa biomédica no Brasil, e com ela dá início ao próprio desenvolvimento da ciência brasileira, tornando-se o modelo da instituição de investigação que devemos aspirar a ter, ao mesmo tempo voltada para a pesquisa básica, origem e compreensão do conhecimento, para a sua aplicação e para os problemas societários.

Não será este o momento de analisar e ação científica e civilizadora de Manguinhos. Bastaria listar, entre outros efeitos, os estudos sobre leishmaniose, o levantamento dos parasitos e dos artrópodos de interesse médico, o estudo do ciclo da haemoproteus, a descoberta da Doença de Chagas, a produção de vacinas contra zoonoses, a metodização do trabalho no campo da anátomo-patologia, o desenvolvimento da química orgânica e da físico-química, voltados para a medicina experimental, o desbravamento nosológico do país através da pesquisa de campo, e a sublinhar ainda, a criação da moderna metodologia de investigação científica no setor biológico e médico e uma contribuição decisiva à formação de recursos humanos que se espalharam pelo país afora. Pouco, ou nada, presente nas escolas de medicina onde, entretanto, devia ocupar amplo espaço, nelas só se instala com caráter definitivo quando Arnaldo Vieira de Carvalho, aceitando a colaboração da Fundação Rockefeller, constrói os edifícios que abrigariam as cadeiras básicas e estabelece para o pessoal docente das mesmas, o regime de tempo integral.

Longo prazo decorreria até que o exemplo paulistano fosse seguido. Entrementes, as ciências biomédicas experimentariam radical transformação e progresso, pela

integração no seu contexto da bioquímica que abriria à fisiologia e à farmacologia, novas perspectivas. O Brasil não tinha na ocasião condições para acompanhar o salto que a biomedicina iria dar e, que se caracterizou na década dos 30, entre outras trilhas, pelo início do desenvolvimento da virologia, pela fundamentação bioquímica da imunologia e pela instrumentação dada à fisiologia. Nesta fase obscura vale acentuar a atividade extraordinária de Baeta Vianna em Belo Horizonte. Graças à sua atuação na Faculdade de Medicina local, e de seu carisma, a bioquímica toma corpo e serão os seus discípulos, ou a segunda geração, que formarão o cerne do vigoroso desenvolvimento que esta disciplina tem atualmente em nosso país. Cabe ainda a São Paulo o início da segunda etapa do desenvolvimento da pesquisa biomédica com a criação da Faculdade de Fisiologia, Ciências e Letras por ocasião da fundação da USP (1934) por Armando Salles Oliveira. Criaram-se assim as condições para a formação de pesquisadores em áreas indispensáveis à incorporação da biomedicina, tais como a genética, biologia, química inorgânica, orgânica e bioquímica fundamental. Entretanto malgrado a existência de pequenos e isolados focos de trabalho persistente e heróico, a biomedicina marcou passo até a criação do CNPq em 1951 que veio dar vida nova à ciência brasileira. Dificuldades de toda ordem — falta de compreensão, ausência de estímulo intelectual, desconhecimento do papel da biomedicina para a melhoria do aparelhamento sanitário do país, etc. — são em grande parte a causa desta falta de progresso da mesma neste período. O após guerra de 1939-45 viria ainda torná-lo mais difícil, pois que a apreensão da nova tecnologia biomédica (isótopos, microscopia eletrônica, automatização, etc) não se poderia fazer de um momento para outro, do mesmo modo que muitos de nossos pesquisadores, isolados pela distância e pelas dificuldades de informação, não puderam desde logo

absorver a resolução biológica que estamos assistindo e cujas implicações chegam até mesmo a preocupar certos espíritos desatentos ao fato de que o progresso do conhecimento é irresistível.

Graças ao impulso dado à investigação científica, a partir da criação do FUNTEC e do primeiro FNDCT, afirma-se em posição de proa a pesquisa biomédica no país e bem numerosos são os centros onde até agora vem ela se desenvolvendo. A existência e a vivência das sociedades científicas, tais como a Sociedade Brasileira de Biofísica, a Sociedade Brasileira de Bioquímica, a Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental, a Sociedade Brasileira de Fisiologia, a Sociedade Brasileira de Investigação Clínica, a Sociedade Brasileira de Genética e a Sociedade Brasileira de Microbiologia bem a atestam.

Há ainda a assinalar a presença de trabalhos experimentais de boa qualidade nas reuniões clínicas especializadas como por exemplo da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Anestesiologia, etc., e ainda a publicação da Revista Brasileira de Genética, de renome internacional e as expectativas que existem em torno do "Brazilian Journal of Medical and Biological Research", que com 60 artigos em processamento e, ambas revisadas no "Current Contents", são mais uma prova daquela minha asserção. Junte-se a estes exemplares a retomada da publicação das "Memórias do Instituto Oswaldo Cruz", a mais conceituada das publicações científicas nacionais junto com os "Anais da Academia Brasileira de Ciências", e as contribuições trazidas à Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical e ao Encontro Anual em Caxambu, onde especialistas de todos os campos discutem, e com que qualidade científica, os aspectos biológicos, clínicos, sanitários, econômicos e sociais da tripanossomiose americana.

Aponto ainda, a fim de indicar o alto nível da pesquisa biomédica brasileira, os resumos dos trabalhos apresentados por nossos pesquisadores ao Congresso sobre a Doença de Chagas, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz em 1979, acentuando do mesmo modo o esforço feito pela mesma para enfrentar os desafios que o progresso da ciência e o bem-estar do povo brasileiro apresentam.

Entretanto, se a situação presente parece favorável, as expectativas para o futuro não se apresentam do mesmo modo. Deve reconhecer-se que entre nós existe grave desequilíbrio entre o parque industrial de interesse médico (instrumentos, fármacos, drogas experimentais etc.) e o alto nível da pesquisa biomédica. Tal fato faz pensar erroneamente que a ciência não nos é útil quando, na verdade, o contrário é que se dá e a situação atual produz ônus de incalculável valor econômico e financeiro.

Sublinho que a pesquisa biomédica (sensu lato) adquire cada dia mais importância no contexto da assistência que todas as populações merecem. Assim é que na reunião realizada em janeiro deste ano em Paris, pela "Foundation Française pour la Recherche Médicale", o consenso a que chegaram os especialistas ali presentes — pesquisadores, médicos, sanitaristas, economistas, sociólogos, administradores políticos — vindos de todos os países ocidentais, principalmente, foi que nenhum país industrializado ou não, poderá prover a saúde de seu povo se pelo menos as três condições seguintes não forem preenchidas. São elas a do fomento da pesquisa biomédica, incluindo a pesquisa operacional, o fortalecimento dos métodos da medicina preventiva e uma reformulação a partir do ensino da utilização da tecnologia avançada a fim de racionalizar o seu uso sem prejuízo da sua eficiência.

Não é inútil insistir que, ao lado das condições citadas, pesa, mais do que qualquer fator, a formação de

pessoal no nível de pós-graduação técnico. A ciência é essencialmente resultado da ação humana.

Analisando todavia o primeiro daqueles parâmetros em relação ao nosso País colocamo-nos em posição, ao mesmo tempo de júbilo e de ansiedade. Vem esta de condições várias, que se em parte refletem o momento dificultoso em que econômica e financeiramente se encontra o país, tem elas entretanto, em seu bojo elementos que poderiam ser descartados aliviando assim uma parte da tensão que pesa sobre a comunidade científica biomédica brasileira. Alguns são de ordem burocrática, outros de ordem conceitual. Poder-se-ia dizer que uns e outros tornam bem menos eficientes as inversões de capital já diminuídas, que se fazem na atividade científica do país. Em amostragem inconclusa poder-se-iam citar as dificuldades de aquisição de equipamento, aquelas interpostas ao livre trânsito dos pesquisadores, os óbices opostos à aquisição de peças para equipamentos valiosos — tornando-os ociosos — a demora da liberação de verbas, o evidente desequilíbrio a favor da realização de projetos de interesse prático, a falta de decisão política em determinados campos da medicina preventiva, a insuficiência de atenção na formação de pessoal de nível técnico, o peso colocado sob a forma de relatórios nos ombros dos pesquisadores, o excesso de cargas horárias dadas aos docentes pesquisadores, a falta de contratação de novos elementos, a barreira imposta pela legislação vigente para com a contratação de pesquisadores estrangeiros, a falta de intensificação de intercâmbio científico e envio de bolsistas pós-doutorais ao estrangeiro, a organização de amplos projetos de ação biomédica sem o devido reforço de sua fundamentação básica e a absoluta falta de continuidade nos critérios de concessão de auxílio por parte das agências financiadoras da pesquisa biomédica. Tal situação cria o temor que o avanço que obtivemos nestes últimos 20 anos se desfaça, seja pela produção de uma

fuga de talentos, sobretudo de jovens, seja por uma onda de desencanto que esvaziará muitos dos laboratórios dos nossos melhores centros.

Estas considerações levam o Conselho Técnico-Científico da Fundação Oswaldo Cruz a solicitar às autoridades competentes seja formulada uma política de pesquisa biomédica que compreenda:

- a) Sejam incrementados ou dadas facilidades de trabalho — dedicação exclusiva, serviços auxiliares e docentes, de maneira que o trabalho científico não se onere com carga desnecessária.
- b) Sejam aumentadas substancialmente as subvenções dadas aos projetos de pesquisa biomédica, retirando-se dos mesmos qualquer pressuposto de resultados imediatistas.
- c) Haja maior facilidade na utilização de verbas para aquisição de material brasileiro ou de importação, incluindo material perecível, procurando evitar para equipamentos de alta precisão as confusões nascidas da cláusula de similar nacional.
- d) Seja dado incremento ao intercâmbio científico, nacional e internacional, criando-se do mesmo modo maiores facilidades para a vinda e radicação de especialistas estrangeiros ao País, dificultadas no momento pelas leis vigentes.
- e) Sejam estabelecidas, dentro dos acordos bilaterais, relações diretas de instituto a instituto, com autonomia de ação.
- f) Sejam dadas aos pesquisadores e docentes pesquisadores maiores facilidades de trânsito ao estrangeiro para visitas, estágios, participação em congressos e outras reuniões científicas.
- g) Sejam, no interesse do progresso científico brasileiro, liberadas da problemática ligada à política externa do País as reuniões científicas realizadas em nosso solo ou no estrangeiro.
- h) Seja incrementada a participação do Brasil e de cientistas brasileiros

- em instituições internacionais, sobretudo aquelas voltadas para os problemas biomédicos dos países tropicais.
- i) Sejam impulsionados mais vigorosamente os programas de informação no campo da biomedicina.
- j) Sejam formulados os programas

integrados de pesquisa biomédica, visando a sua realização ou ao seu revigoramento.

- l) Seja incrementada vigorosamente a formação de pesquisadores e de pessoal técnico na área da biomedicina.
- m) Sejam promovidos mecanismos de coordenação da indústria

biomédica com a comunidade científica.

- n) Seja sublinhado o tipo de pesquisa multidisciplinar e de caráter operacional que vise a oferecer subsídios à ação em prol da elevação da qualidade da vida e da saúde da população.

O que Move o Pesquisador de Química na Escolha dos Temas para Estudos

Gouvan C. de Magalhães*

Em opinião expressa no "DEBATE/CAPES, vol. 3, n.º 2, nov. 1981" o Prof. Clóvis Cavalcanti, referindo-se especialmente à área de economia, afirma: "A questão é que, no Brasil é freqüente a desorientação dos pesquisadores quanto à escolha de temas para estudo, de categorias para o emprego na investigação, de recursos metodológicos..."

O que dizer então de uma área aparentemente menos política como a química? O que move o pesquisador desta área na escolha dos temas para estudo?

Toda a tecnologia da área de Química é importada. E esta tecnologia — universal — é criada mais rapidamente nos centros desenvolvidos. Por outro lado, a metodologia também depende de equipamento estrangeiro sofisticado.

Os problemas de interesse social nas economias dependentes, quando podem apresentar uma possibilidade de lucro, são rapidamente transferidos para os grandes laboratórios dos centros desenvolvidos, e os resultados (know-how) são postos no mercado em tempo recorde.

Por experiência ou por sabedoria muitos pesquisadores fogem desta linha de pensamento: pesquisar o

- 1) pesquisar o que é publicável;
- 2) pesquisar o que lhes dê prestígio acadêmico;
- 3) pesquisar o que traga vantagens pessoais.

1. Seguindo o caminho "pesquisar o que é publicável" o cientista pode estar enveredando no que se denomina gentilmente de pesquisa reflexa. Imita o que se faz fora, com atraso de alguns anos, pois a publicação é sempre fruto de alguns anos de trabalho. E sendo os centros originários do tema de pesquisa mais desenvolvidos (aplicam maior número de cérebros preparados e maiores recursos), fica muito difícil competir. O que consegue o pesquisador autóctone, via de regra, é fazer trabalhos que ajuntam algumas informações ao todo já explorado.

2. "Pesquisar o que dê prestígio acadêmico": esta via é aberta em geral com a pós-graduação no exterior: lá em contato com um grupo de pesquisa, algumas vezes de grande prestígio, o aluno de doutorado recebe um tema de interesse do grupo, aprende uma metodologia própria de uma especialidade muito restrita, e cria a possibilidade com o apoio daqueles novos colegas de publicar nas mesmas revistas. Obtido o título de doutor abra-se-lhe no Brasil a perspectiva de se tornar chefe de um grupo de pesquisa ou mesmo coordenador de um curso de mestrado.

Lá fora, no país desenvolvido, os "big-shot" "patrons", etc., sabem disto, e sabem, também, quais as vantagens que podem usufruir investindo (às vezes até facilitando o doutorado) na pessoa certa: poderão ter bolsistas (mão de obra gratuita) por muito tempo, algumas vezes matéria prima para suas pesquisas, alguns "papers" adicionais (se o ex-aluno insistir em colocar o nome do ex-professor na publicação para facilitar a aceitação pelos periódicos). Dessa interação surgem convites para congressos, viagens de estudos, publicações, etc.

3. "Pesquisar o que traga vantagens pessoais": a palavra pesquisar neste caso pode ser um exagero: às vezes basta saber elaborar projetos. O "pesquisador-burocrata" deverá ter algumas ou todas das seguintes qualificações: um bom nariz, pouco escrúpulo, tempo ocioso para fazer relatórios, paixão pelo dinheiro e fascinação por equipamento sofisticado. Aqui é preciso que se faça um parêntese: essa triste-figura do "pesquisador-burocrata" tem sido estimulada por uma outra não menos triste-figura: a do "burocrata-da-pesquisa" que, para justificar o seu salário junto às agências financiadoras, precisa de projetos fantasiosos, com resultados previsíveis a curto prazo que, por sua vez, são

* Professor da Universidade Federal do Ceará.

“fabricados” pelos “pesquisadores-burocrata”; e aí então fecha-se o circuito.

Voltando ao artigo do professor Clóvis Cavalcanti, “Males da Ciência no Brasil”, também na área da Química “é freqüente a desorientação dos pesquisadores quanto à escolha de temas para estudos”. Acreditamos que a saída

mais produtiva e eficaz teria sido encontrada por aqueles que trabalham com problemas fundamentais do conhecimento científico (fazem pesquisa básica), tendo em mente que o objetivo mais importante do profissional da pesquisa seria, no momento, o seu papel de professor-pesquisador (formar contingentes de cérebros com qualificação técnica e visão

crítica do seu trabalho na sociedade).

O pesquisador- professor preocupado com sua responsabilidade social deveria considerar mais importante, dentro do contexto sócio-econômico em que vive, multiplicar os seus conhecimentos, investindo na infraestrutura do curso universitário e nos seus estudantes de graduação e pós-graduação.

O Estudante Brasileiro na França: Uma Réplica

Cláudio de Moura Castro
Secretário-Executivo do CNRH

Em 11/04/82, o Jornal do Brasil publicou uma entrevista minha sobre pós-graduados brasileiros na França. Subseqüentemente, três eminentes professores brasileiros formados na França manifestaram-se publicamente, em boa medida discorrendo do que entenderam ser a minha posição e da CAPES, que então dirigia.

A questão merece resposta pelo menos por três razões: (i) trata-se de assunto importante; (ii) a discordância se manifesta de forma direta e leal; (iii) as respostas vieram assinadas por pessoas de impecável currículo acadêmico.

Não vem ao caso perguntar se são legítimas as infâncias obtidas a partir do texto da entrevista. Mais vale voltar às idéias e convicções que as geraram, abandonando a hermenêutica do texto.

Encontro total afinidade com meus três críticos nos seguintes pontos:

1. Muitos dos melhores trabalhos de pesquisa e interpretação da realidade social brasileira foram feitos por brasileiros que estudaram na França.
2. É significativo o número de franceses que se interessaram pelo Brasil, deixando importante obra de ensaio e pesquisa.
3. Devem ser preservados os mecanismos que estimulem a continuação desse intercâmbio que hoje pode ser conduzido de forma mais madura pela existência de bons grupos de ciências sociais no Brasil. Em particular, brasileiros devem continuar realizando estudos de pós-graduação na França.

5. O Doutorado de Universidade — exceto em casos especialíssimos — não é um diploma que ofereça qualquer interesse nos dias que correm. Em consequência, não deve ser financiado com fundos públicos brasileiros.

Durante minha gestão, a política da CAPES refletiu estas proposições. Até aí, “tout va très bien, madame la marquise”. A coisa se complica, entretanto, no Doutorado de Terceiro Ciclo. É ali que poderia ter reais divergências com meus críticos. Antes de prosseguir, vale antecipar que trabalho com a seguinte hipótese: **a proporção de bolsista apresentando resultados pouco satisfatórios é inaceitavelmente elevada.** Esses resultados se manifestam por teses de qualidade inadequada ou excessivo gasto de tempo, considerando a estatura científica do produto final. Vejamos meus argumentos.

Na tabela abaixo estão os totais de bolsistas da CAPES no exterior, bem como a proporção dos que encontram-se frequentando cursos na França. Note-se que os números de 1979 resultam da política da Diretoria que me antecedeu. Os números subsequentes indicam que não houve uma política restritiva com relação à França durante a minha gestão. A CAPES mantém atualmente cerca de 200 bolsistas na França (incluindo-se 26 candidatos a Doutorado de Estado). Acompanha-se o seu desempenho, mantém-se estreita correspondência com o bolsista e, em muitos casos, com seus orientadores. Além disso, há um corpo de respeitáveis

professores franceses que vem entrevistando os bolsistas. Ademais, o corpo de consultores da CAPES é frequentemente utilizado para avaliar propostas, teses ou assessorar a Coordenadoria de Bolsas no Exterior, alguns destes havendo estudado na França.

É essa a vantagem que possuo ao comentar sobre os pós-graduados brasileiros na França: a visão de conjunto de uma significativa fração dos brasileiros que estudaram na França.

Ao cabo de três anos, notei que os funcionários da CAPES registraram problemas com bolsistas na França em número muito melhor do que com bolsistas de outros países.

Vale a pena insistir nesse ponto. Tal como muitos outros países, a universidade francesa é heterogênea, havendo programas bastante fracos como indicaram os estudos que precederam a controvertida decisão de fechar um terço dos Doutorados de Terceiro Ciclo pela ex-ministra Alice Sannier. O problema é que tem sido difícil para nós identificar os programas mais fracos pela falta de informação confiável — se essa tarefa fosse fácil, seria questão trivial evitá-los.

Nossa consciência das dificuldades tomou corpo quando formalizamos um programa para financiar o retorno de bolsistas para coleta de dados. Pelas regras estabelecidas, a proposta de tese — necessariamente aprovada pelo orientador — deveria ser submetida à CAPES que a encaminharia para um consultor da área. Cerca de 1/3 (um terço) das

ANO	CONCESSÕES	FRANÇA	%	USA	INGLATERRA
1979	1348	270	20,02%	695	201
1980	1340	265	19,77%	639	236
1981	1113	206	18,50%	378	169

propostas oriundas da França foram consideradas inaceitáveis pelos pesquisadores brasileiros que as revisaram — proporção de resto mais elevada do que a de qualquer outro país. Cheguei a ler propostas em áreas do conhecimento em que já trabalhei. Algumas não aceitaria como primeira proposta de meus alunos de mestrado. O ponto nodal da discussão é que a qualidade de algumas teses vem sendo questionada por um significativo número de consultores da CAPES e muitos outros professores com quem temos contato. Certas universidades vêm questionando a equivalência do Terceiro Ciclo a outros doutorados, para fins da carreira do magistério. Na verdade, seria profundamente injusto se pelo mau desempenho de alguns doutores de Terceiro Ciclo os demais fossem prejudicados.

É interessante notar que dois professores, talvez os dois mais distinguidos brasileiros lecionando na França, vêm se recusando nos últimos anos a participar em bancas de tese de Terceiro Ciclo. De fato, é da França que se originam boa parte dos ruídos que nos chamaram atenção para os numerosos casos de doutorados fracos.

No fundo, se tenho discordâncias com meus críticos, estas emergem ao dimensionar a gravidade e a freqüência de casos pouco auspiciosos de candidatos a Doutorado de Terceiro Ciclo. Todos concordamos que há excelentes Doutores de Terceiro Ciclo e que não seria procedente interromper esse fluxo. Mas como percebo um número que me parece excessivo de casos problemáticos, entendi que deveríamos buscar a origem destas dificuldades e tentar adotar providências visando contorná-las.

É interessante notar que muitos franceses consideram o sistema excessivamente solto ou desestimulado, mesmo para os alunos

do país.

O Terceiro Ciclo está concebido como pertencendo ao último nível de um processo educacional consolidado, seletivo, rígido e rigoroso em suas etapas anteriores. Ao atingir o nível de doutoramento, todos os hábitos de disciplina intelectual e de trabalho não supervisionado já deverão ter sido plenamente adquiridos pelos estudantes franceses. Em contraste, o Brasil adotou um modelo no qual os níveis superiores de ensino têm o papel — entre outros — de suprir deficiências nos níveis inferiores. Desta forma, a despeito da elevada competitividade do processo de seleção dos bolsistas (cinco candidatos para cada vaga) e do inegável talento efetivamente exibido por quase todos, há uma considerável variância entre os candidatos no que concerne à formação, nível de conhecimentos e capacidade de aprendizado com autonomia. Estas diferenças ganham importância quando esses estudantes são lançados subitamente em um País estrangeiro, em programas que, caracterizados por uma grande liberdade do discente, exigem destes autodisciplina, maturidade e preparo quase estranhos ao sistema brasileiro. O processo de adaptação acarreta perda de tempo e em alguns casos determina resultados finais insatisfatórios.

Eis, portanto, o desafio: como preservar o fluxo de estudantes para a França ante a presença de uma faixa ponderável de casos onde se configuram maus resultados?

A estratégia para superar essas dificuldades começa pela correção do nível de informação dos participantes do processo. Candidatos e professores orientadores devem estar a par das dificuldades e agir harmonicamente de forma a contorná-las.

Em primeiro lugar, os programas devem ser escolhidos observando-se

de um lado os mais rígidos critérios de excelência das unidades de ensino e de outro lado os interesses dos candidatos. Em seguida trata-se de escolher professores orientadores cuja capacidade não é a única característica a ser levada em conta. Assim, a disponibilidade de tempo desses docentes e a livre decisão de dedicarem esse tempo disponível à orientação do aluno afigura-se de suma importância para a produção de teses de alta qualidade. Em terceiro lugar, em ordem mas não em importância, impõe-se a compreensão, por parte dos orientadores, que a aprovação de trabalhos com nível insuficiente é disfuncional e prejudicial aos interesses dos dois países e do próprio aluno.

Estas providências devem ser precedidas por um cuidado adicional no processo de seleção dos candidatos. Já que o hábito do trabalho independente e com pouca supervisão é pré-condição indispensável para o êxito, esse deve ser o perfil dos brasileiros que vão para a França. Daí a ênfase em trabalhos publicados, além dos critérios habituais de examinar currículo escolar, etc.

Em suma, os petardos dos críticos erraram o alvo. Paris não está proibida para bolsistas brasileiros, e não estão sendo questionados os "EXOCETS" da ciência social "made in France". Simplesmente preocupamo-nos com a pontaria da CAPES para acertar nos bons candidatos, nos bons programas e nos bons orientadores. A um curso de 50 mil dólares por doutor temos que errar menos. Estou certo de que a nova direção da CAPES estará interessada em recebê-los para ouvir as sugestões concretas de como aperfeiçoar o sistema, já que é hoje a agência de fomento onde a comunidade científica tem mais voz.